
EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Elizabeth M. Teixeira Leher*



FÁVERO, O. (org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. São Paulo: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005, 245p.

Muitos estudiosos já se debruçaram sobre a obra de Florestan Fernandes e muitos outros ainda o farão. Considerado fundador da moderna sociologia no Brasil, suas análises sobre a formação, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro contribuem para compreender a particularidade da nossa organização social. Intelectual, militante e parlamentar, sua inserção em ato e reflexão no plano teórico revelam a coerência dessas três dimensões inseparáveis e reiteram a responsabilidade do sociólogo em colaborar para a ampliação da consciência coletiva sobre os problemas sociais e investir na ação política para reconstrução da realidade.

Desviando um pouco o olhar para trás, podemos ver na produção

de Florestan uma retomada crítica de preocupações presentes na chamada Geração de 1870, em particular as de Silvio Romero, a respeito da necessidade de um projeto democrático de país. Romero contribuiu com o estabelecimento de uma agenda de discussões em que se tornaram mais visíveis valores inspirados no pensamento republicano e anti-colonial. Florestan, por sua vez, ao analisar a formação social brasileira compreendeu que a concretização dos direitos republicanos, como a educação pública, demandaria um outro olhar para a questão nacional, compreendendo a nação enquanto uma sociedade de classes. A partir desse referencial, Florestan desenvolveu seus estudos sobre as classes na formação social brasileira assinalando que a tarefa republicana exigiria o protagonismo dos trabalhadores expropriados e, nesse sentido, seu engajamento a favor de um projeto de nação se deu a partir da ótica dos que historicamente foram desprovidos do acesso a educação pública. Em comum, esses intelectuais forjaram um entendimento de que o país precisaria mudar e a educação teria papel fundamental nessa reconstrução.

Voltando a olhar para estes dias de século XXI, e passados doze anos desde seu falecimento, é possível observar como as análises de Florestan continuam atuais para entender os processos em curso no Brasil e em outros países periféricos. Tem sido crescente o número de estudos sobre sua obra: a revista *Estudos Avançados* (v. 10, n. 26, jan-abr, 1996) publicou uma série de artigos sob o título “Presença de Florestan Fernandes”; *Florestan ou o sentido das coisas*, livro organizado por Paulo Henrique Martinez (SP: Boitempo, 1998), traz uma coletânea de artigos sobre sua produção. Também alguns textos têm sido reeditados por editoras ligadas aos movimentos sociais como a editora Expressão Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É importante, ainda, destacar o simbolismo do nome do principal centro de formação política dos movimentos sociais, criado em 2005 e organizado pelo MST: Escola Nacional Florestan Fernandes.

*Doutora em Educação, Pesquisadora do NUTES/UFRJ e membro do Grupo de Pesquisa Educação e Comunicação (ProPEd/UERJ-CNPq).

Em tempos de reconfiguração do mito de Narciso e da apologia à individualidade, da banalização da miséria e exclusão humanas e do processo de desobrigação social do Estado com as políticas públicas, o livro organizado por Osmar Fávero *Democracia e educação em Florestan Fernandes* fornece novo alento ao reafirmar a questão da democracia (e, portanto, do coletivo) como elemento central na obra de Florestan e ao assinalar a questão da educação como fundamental no processo democrático. Para ele, a democratização do ensino era condição indispensável para a democratização da sociedade e incansável foi sua luta em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

Este livro resultou de estudos realizados por doutorandos em educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, acrescidos de artigos originais de autores convidados. Parte dos estudos que compõem o livro aborda questões mais especificamente teóricas da obra de Florestan Fernandes, como o conceito de capitalismo dependente (Miriam Limoeiro Cardoso), a natureza do projeto nacional de desenvolvimento (Kátia Regina de Souza Lima) e a conceituação de classe e a formação da classe trabalhadora brasileira (Roberta Maria Lobo da Silva).

Outro núcleo temático aborda as problematizações educacionais elaboradas em um vasto período da vida e obra do autor: nos anos 1950 e 1960 (Andréia Ferreira da Silva); nos anos 1960, enfocando a relação educação e democracia (Marco Antonio Carvalho Santos); nos anos 1970, em que as reflexões educacionais de Florestan são, em geral, pouco conhecidas (Eveline Bertino Algebaile); nos anos 1980, década em que as contradições abertas com a crise da ditadura empresarial-militar fortaleceram a ascensão das lutas sociais no país e propiciaram intenso debate educacional (Ana Lucia C. Heckert); e, finalmente, nos anos 1990, década de contra-reformas neoliberais que atingiram severamente a educação brasileira, situação expressa, sobretudo, no debate educacional provocado pelas disputas dos projetos de lei de diretrizes e bases da educação nacional (Marcos Marques de Oliveira).

Um último conjunto de textos aborda problemáticas mais específicas desenvolvidas por Florestan, como a dialética educação/mudança social como fator importante para a democracia em uma sociedade de classes (Filippina Chinelli), o folclore (Angela Meyer Borba), a questão racial (Eugênia da Luz Silva Foster) e a problemática da universidade no capitalismo dependente (Roberto Leher).

Desse modo, os autores analisam, por diferentes prismas, a contribuição de Florestan Fernandes ao campo educacional brasileiro que, em sua obra, deve ser analisada em intensa relação com o lugar do Brasil na economia-mundo. A originalidade do pensamento de Florestan não reside na identificação desse nexos, já presente nos pensamentos liberal, neoclássico e, mais especificamente, na chamada teoria do capital humano. A originalidade de sua contribuição é justamente estabelecer as mediações entre o padrão de acumulação no país (considerando a economia-mundo), as frações burguesas locais e a burguesia do centro hegemônico. Como pode ser visto no texto de Limoeiro Cardoso, Florestan assinala que, no Brasil pós anos 1960, as frações locais mantêm uma relação de dependência fundamental frente à grande burguesia internacional e que, por isso, foi (e é) incapaz de levar adiante uma revolução democrático-burguesa que realizasse as tarefas republicanas de educação como um direito de todos e dever do Estado.

A problemática do capitalismo dependente – forma particular do capitalismo subordinado ao imperialismo – é central para compreender a educação brasileira, pois, segundo Florestan, esta condição (capitalismo dependente) tem como consequência a heteronomia cultural. Esta análise tem profundas implicações para o debate educacional, visto que a transformação da educação deve ser

sempre pensada como uma dimensão particular da luta pela superação da condição capitalista dependente do país.

Por isso, o acerto em iniciar o livro com o texto de Miriam Limoeiro Cardoso “Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes”. A socióloga examina o modo como Florestan foi refletindo sobre uma nova problemática para pensar a singularidade da sociedade brasileira no mundo capitalista. Valendo-se da “atualidade da história da ciência”, a que faz referência Bachelard, Limoeiro Cardoso reconstitui o percurso teórico e prático que levou o sociólogo da USP a sistematizar o conceito de capitalismo dependente. Este é, indubitavelmente, um dos fios condutores dos demais capítulos do livro.

Em “Dilemas e desafios para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento: contribuições de Florestan Fernandes”, Kátia Regina de Souza Lima discute essa problemática à luz de dois conceitos-chave: capitalismo dependente e luta de classes, que vão corroborar, conforme a autora, a tese de que o projeto nacional é necessariamente incompatível com a permanência da condição capitalista do país, reacendendo a dialética reforma e revolução.

Roberta Maria Lobo da Silva, em “Florestan Fernandes e o problema da formação da classe trabalhadora brasileira”, desenvolve reflexão sobre a revolução democrática brasileira nos marcos da problemática do capitalismo dependente e, mais especificamente, na análise das classes em luta no país. Destaca que a forma específica de subordinação das frações locais da burguesia frente ao capital monopolista impõe uma sistemática contra-revolução (cuja expressão mais grave no percurso de vida de Florestan foi a ditadura empresarial-militar), impossibilitando uma saída nacional-democrática, e promovendo formas de expropriação e exploração do trabalho que prescindem de um sistema público de educação de qualidade.

Um mérito inegável do livro – originalmente os trabalhos nele reunidos foram temas de pesquisa de uma disciplina do organizador da presente obra, Osmar Fávero – é a sistematização das questões educacionais na forma de uma cronologia vasta que vai dos anos 1950 até meados da década de 90, quando o sociólogo faleceu.

Em “Florestan Fernandes e a educação brasileira nas décadas de 1950 e 1960”, Andréia Ferreira da Silva examina a participação de Florestan na Campanha em Defesa da Escola Pública, organizada por ocasião da luta pela primeira Lei de Diretrizes e Bases. A autora discute o que, à primeira vista, parece ser uma contradição: a participação de um militante socialista em um movimento hegemônico por liberais. Entretanto, as teses sustentadas por Florestan, como a defesa da escola pública, a destinação de recursos públicos exclusivamente para as escolas públicas e a luta pela real universalização do acesso e permanência dos estudantes explorados na escola pública compõem uma pauta amplamente consolidada nas lutas operárias e socialistas. Assim, era como socialista que Florestan militava na Campanha em Defesa da Escola Pública, ainda que em um movimento no qual os socialistas não eram hegemônicos, mas sim os liberais.

Florestan tinha clareza de que as tarefas republicanas, em um país desprovido de genuína revolução burguesa, precisariam ser impulsionadas sobretudo pelos socialistas. Na ocasião, a correlação de forças era francamente negativa para a esquerda e, desse modo, o radicalismo burguês ensejou contradições – a defesa do público frente ao privado – que tinham proeminência nas teses socialistas. Não foi fortuito, portanto, o fato de Florestan ter se firmado como a principal figura pública desse movimento.

O mesmo período foi estudado por Marco Antonio Carvalho Santos em “Educação e democracia no pensamento de Florestan Fernandes na década de 1960”. Ao pensar a relação entre

educação e democracia, Florestan combate a apropriação dos fundos públicos para a educação privada, aspecto decisivo na defesa da democratização do ensino. “O Estado democrático tolera e ampara a existência de sistemas educacionais particularistas, mas seria pervertê-lo estender suas obrigações a ponto de confundir o ‘público’ com o ‘privado’(...)”, argumenta Florestan (p. 90). Considerando a difusão e a naturalização das atuais parcerias público-privadas, como o Programa Universidade para Todos, Florestan estaria intensamente envolvido na atual batalha das idéias sobre a relação público-privado, provavelmente organizando lutas contra antigos companheiros, hoje engajados em políticas que não diferenciam as duas esferas.

Em “As pistas do silêncio: os estudos da década de 1970 e a educação na obra de Florestan Fernandes”, Eveline Bertino Algebaile discute a particularidade da elaboração de Florestan em dois momentos: o primeiro, dos anos 1950 até meados dos anos 1960, em que o autor escrevia para um público não exclusivamente composto por universitários e especialistas no âmbito da Campanha em Defesa da Escola Pública; e o segundo compreendendo da década de 1970 às décadas de 1980 e 1990, quando os estudos sobre a educação estão mais imbricados com sua teorização mais geral sobre o capitalismo dependente. Algebaile investiga o período subsequente à sua aposentadoria compulsória na USP (1969) e ao exílio no Canadá (1969-1972), intervalo de tempo que se estende até o final dos anos 1970, quando Fernandes volta a lecionar na PUC-SP. Por meio de seus estudos sobre as classes sociais no capitalismo dependente, em que a subordinação das frações burguesas locais em relação às burguesias dos países do núcleo hegemônico é evidenciada, Florestan propugna que não será o Estado, em sua dinâmica interna, que poderá impulsionar as reformas educacionais, mas sim as lutas sociais anti-sistêmicas.

O significado da democratização da escola para Florestan, no contexto de crise da ditadura empresarial-militar e de retomada das lutas sociais, é abordado por Ana Lucia C. Heckert em “*Florestan Fernandes e a década de 1980: Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo*”. A autora chama a atenção para o fato de que o debate nos anos 1980 tem muitas especificidades em relação aos anos 1960, visto as marcas imprimidas pela ditadura na educação brasileira, particularmente no ensino médio e superior, sob a égide da modernização conservadora. Nesse contexto, sobressai a reflexão de Florestan sobre as possibilidades contraditórias da retomada das lutas sociais dos anos 1980, colocando no cenário político a questão da revolução e, por conseguinte, o protagonismo dos trabalhadores explorados como sujeitos principais do processo educacional. Assim, a temática da democratização ganha nuances importantes na obra do autor: a democratização da escola é também a da sociedade, mas a escola não é um ente inerte à espera da revolução, pois ela mesma é transformadora da sociedade se suas contradições forem aprofundadas e desenvolvidas pelas lutas sociais. Heckert oferece ao leitor uma importante discussão sobre a concepção de Florestan a respeito da democratização da gestão da escola, da assistência estudantil, e do financiamento, de modo que as escolas possam ser espaços autônomos. A autora discute, ainda, a atuação parlamentar de Florestan em dois mandatos como deputado federal (1986-1993), notadamente na constituinte e na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n 9.394/96).

Os embates no período de hegemonia neoliberal são examinados por Marcos Marques de Oliveira em “O articulista Florestan Fernandes – democracia e educação em tempos de neoliberalismo”. Oliveira analisa a relação democracia/educação no Brasil na década de 1990, quando políticas públicas de caráter neoliberal iniciaram um processo de reforma do Estado que redimensionou a ação do aparelho estatal. Introduce questões importantes para compreender especificidades do capitalismo dependente nesse contexto hegemônico. Considerando o fio condutor assinalado – o capita-

lismo dependente – é preciso destacar que, conforme aponta Oliveira, Florestan compreendeu o profundo alcance da re-localização do Brasil na economia-mundo que, conforme sua análise, (re)funcionaliza a educação. Assim, em um contexto em que as mediações entre o capitalismo e a educação perdem centralidade no debate educacional, Florestan se engaja intensamente no debate público, sustentando uma perspectiva a contrapelo, como diria Walter Benjamin, seja como parlamentar, seja como articulista na imprensa, seja como interlocutor destacado do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Sua participação foi crucial para tornar o embate em torno da LDB um processo de formação política e elevação da consciência dos educadores. Com efeito, a dialética da derrota da LDB permitiu a muitos educadores compreenderem que a educação é parte da estratégia política de dominação do capital.

Além de permitir uma consistente análise da trajetória de Florestan ao longo de quase cinco décadas, o livro oferece ao leitor estudos de autores sobre questões centrais bem demarcadas pelo sociólogo em sua reflexão acadêmico-política; elas dizem respeito aos processos de mudança social na sociedade de classes, à relação ciências sociais, educação e folclore, à complexidade das questões raciais e educacionais, e à universidade pública no capitalismo dependente.

Filippina Chinelli, em “Florestan Fernandes: educação e compromisso com a mudança”, faz uma breve e esclarecedora pontuação sobre o lugar da obra de Florestan no seio da construção da sociologia no Brasil como uma “arma da crítica”, em que se destacam seus estudos educacionais não indiferentes “a miséria material e humana da plebe” (p.57). Nesse percurso, Chinelli discute os sentidos de mudança social na trajetória intelectual e política de Fernandes, em que a análise da correlação de forças entre as classes assume centralidade em sua interpretação. Identificando a fragilidade da burguesia local, em virtude de sua condição dependente, Florestan sustenta que essa burguesia não poderia levar adiante a universalização de direitos sociais republicanos, como a educação. Um dos momentos em que essa análise foi apresentada de forma mais sistemática foi no seu estudo sobre o dilema educacional brasileiro.

Em uma sociedade de classes, e sob o capitalismo dependente, o dilema educacional apresenta sua ambigüidade: o de mecanismo democrático de inclusão social e, simultaneamente, de mecanismo extremamente seletivo com a população já desprivilegiada. Sua superação exigiria intensas alterações nas instituições educacionais, ao mesmo tempo em que seriam necessários meios de intervenção para enfrentar as exigências práticas da situação. Florestan já delimita aqui que o direito universal a educação pública dependeria do protagonismo dos trabalhadores, questão – como assinalado nos demais textos que abordam os últimos anos da vida e obra de Florestan – que seguiria orientando a análise do autor, até os derradeiros embates em defesa de uma LDB capaz de estruturar um sistema público de educação que atendesse aos anseios históricos dos subalternos.

Outra contribuição importante para a compreensão da trajetória intelectual de Florestan pode ser vista no estudo de Ângela Borba sobre os escritos dele em que destaca o folclore. As relações entre o folclore e os campos das ciências sociais, a educação e os estudos da infância são analisadas por Borba em “O folclore e suas relações com as ciências sociais, a educação e a socialização da infância em Florestan Fernandes”. A autora registra o reconhecimento do próprio Florestan da importância de seus estudos sobre o folclore (1941-44) e sobre os tupinambás (1945-46) para a sua formação intelectual. Borba apresenta ao leitor o olhar sociológico de Florestan sobre a infância e a cultura infantil “vivendo o brinquedo junto com a criança” (p.127), não em uma perspectiva romântica, mas sim em um prisma sociológico rigoroso que leva Florestan a aprofundar suas pes-

quisas sobre o tema, e a postular as tensões entre a manutenção da ordem pelo folclore e as mudanças provocadas pela renovação das práticas sociais.

Eugênia da Luz Silva Foster, em “A questão racial e a educação democrática em Florestan Fernandes”, analisa o modo como Florestan pensa o preconceito de cor, a questão da democracia racial e a educação democrática, interpenetrados pela discussão sobre a questão da classe social. Os nexos estabelecidos por Florestan permitem criticar tanto o pensamento liberal (que pensa a “raça” como um sistema natural de classificação de grupos humanos, difundindo a ideologia da democracia racial) como a tradição marxista dogmática (que ignora que, na América, a formação das classes sociais subalternas foi edificada a partir do racismo). É importante salientar que, em Florestan, as complexas mediações que fazem com que, na América, a classe tenha cor não passam despercebidas, visto que o racismo é estruturante do sistema de classes. Por isso, Florestan sustenta a necessidade de um pensamento crítico aos padrões eurocêntricos e à “colonialidade” do poder e do saber, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano.

No último texto do livro, Roberto Leher, em “Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente”, também recorre ao conceito de capitalismo dependente e de heteronomia cultural para analisar o processo que a universidade pública tem atravessado nas últimas décadas, desde os tempos do governo empresarial-militar. Ele sustenta que a acelerada e vertiginosa privatização de cunho empresarial, em especial após meados da década de 1990, e a mercantilização no interior das universidades públicas são expressões do aprofundamento da condição capitalista dependente do país no período de hegemonia neoliberal. Conforme Leher, as frações locais da burguesia que assumiram dominância (rentista, agro-mineral e exportadora de *commodities*) não necessitam da universidade pública produtora de conhecimento e, por isso, fazem suas a agenda bancomundialista e de expoentes da Escola de Chicago, que propugnam abertamente a desconstrução do chamado modelo europeu de universidade, consignado no Artigo 207 da Constituição Federal pelo qual lutou Florestan. Diante dessa política, Leher, amparado em Florestan, defende que as lutas pela universidade pública necessitam de um novo ponto de partida que reúna educadores, estudantes, partidos e militantes de esquerda, movimentos sociais e sindicatos autônomos, pois, neste século XXI, a bandeira da escola pública, tão cara a Florestan, deve estar nas mãos dos que vivem-do-seu-próprio-trabalho.

O objetivo da presente resenha é propiciar aos leitores indicações preliminares da importância do livro organizado por Osmar Fávero: cada um de seus capítulos mostra a profundidade e o poder explicativo da obra de Florestan Fernandes para tornar pensável a sociedade de classes no Brasil em suas diversas dimensões. Ao concluir a leitura atenta do livro, o leitor poderá compreender porque o pensamento desse importante sociólogo vem sendo tão reivindicado pelos movimentos sociais e pelos nichos de pensamento crítico na universidade, entre os quais os do campo da educação. Sobressai o fato de que a vitalidade da obra de Florestan deve-se ao seu diligente empenho e disciplina intelectual – sua obra teórica é reconhecida pelo rigor e originalidade – e, de modo indissociável, à sua postura de recusa da neutralidade ética, levando-o a ser um militante do socialismo e, nessa condição, da causa da educação pública, em defesa dos explorados.